

A Literacia financeira: cenário e perspectivas¹

Financial literacy: scenario and perspectives

Adriana Stefanello Somavilla²

Tania Stella Bassoi³

Resumo

O nível de literacia financeira está associado ao desenvolvimento de competências financeiras básicas, essenciais ao cotidiano de todo cidadão. Esse artigo se propõe a destacar algumas ações, iniciativas e pesquisas referentes ao tema educação financeira e literacia financeira, resultantes da análise documental e leituras que fazem parte da pesquisa da dissertação de mestrado das autoras. Nesse sentido, a melhoria na literacia financeira das pessoas exige uma mudança de postura que pode ser alcançada com os conhecimentos viabilizados por meio da educação financeira e alguns aspectos como o conhecimento, atitudes financeiras e comportamento, são fatores determinantes para que isso aconteça. Por fim, a disseminação da literacia financeira é parte de uma educação para a cidadania e o contexto escolar é o meio ideal para uma formação financeira adequada.

Palavras-chave: Literacia financeira. Educação financeira. Cidadania.

Abstract

The level of financial literacy is associated with the development of basic financial competence, essential to the daily life of every citizen. This article proposes to highlight some actions, initiatives and researches related to the subject of financial education and financial literacy, resulting from the documentary analysis and readings that are part of the research of the master dissertation of the authors. In this sense, improving people's financial literacy requires a change of attitude that can be achieved with the knowledge made possible through financial education and some aspects such as knowledge, financial attitudes and behavior are determining factors for this to happen. Finally, the dissertation of financial literacy is part of an education for citizenship and the school context is the ideal medium for adequate financial training.

Keywords: Financial Literacy. Financial education. Citizenship.

¹ Versão preliminar desse trabalho consta nos anais do XII Encontro Nacional de Educação Matemática (ENEM) de 2016. Disponível em: <<http://sbempe.cpanel0179.hospedagemdesites.ws/enem2016/anais/autores-A.html>>

² Aluna regular do Programa de Pós-graduação em Ensino (PPGE) – Nível Mestrado na UNIOESTE/Foz do Iguaçu, professora do Ensino Básico, Técnico e Tecnológico do IFPR/Foz do Iguaçu e integrante do NEPECS/IFG. E-mail: adriana.soma@ifpr.edu.br

³ Docente do Programa de Pós-graduação em Ensino (PPGE) – Nível Mestrado na UNIOESTE/Foz do Iguaçu e professora adjunta da Universidade Estadual do Oeste do Paraná/Cascavel. E-mail: tstellabassoi@gmail.com

1 Introdução

Surge uma inquietação sobre a influência da literacia financeira dos cidadãos. Em 2015 foi feita uma abrangente pesquisa mundial sobre literacia financeira pela S&P Global Financial Literacy Survey. O estudo aponta que dois em cada três adultos no mundo são analfabetos financeiros e conclui que o analfabetismo financeiro é distribuído de forma heterogênea, com variações entre grupos e países.

Um dos Organismos Internacionais que se interessam pelo tema é a Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) e recomenda que a abordagem do tema educação financeira nas escolas seja feita no ciclo básico escolar. Nessa direção, o tópico literacia financeira passou a integrar a avaliação do *Programme for International Student Assessment (PISA)*⁴ desde 2012.

Na maioria dos países desenvolvidos a disciplina de Educação Financeira está inclusa em grande parte dos currículos escolares. Savoia, Saito e Santana (2007) observam que o Brasil está num estágio de desenvolvimento inferior em relação aos Estados Unidos e Reino Unido, quanto à promoção da educação financeira. Indicam ainda três diferenças entre o Brasil e os países citados: a compreensão dos fatores históricos, culturais e a responsabilidade das instituições no processo da educação financeira.

Nesse sentido, apesar de ser uma discussão mundial e de relevância social-econômica, o tema finanças ainda é pouco abordado no ambiente escolar. Além disso, na maioria das escolas públicas, a educação financeira não faz parte dos projetos político-pedagógicos e quando trabalhado é por meio de projetos de extensão ou atividades extracurriculares.

Tão preocupante quanto à ausência de uma formação financeira no contexto escolar, está à situação de desconhecimento sobre tal assunto pela maioria dos cidadãos brasileiros. (SOMAVILLA; SILVA; BASSOI, 2016, p.1)

⁴ O Programa Internacional de Avaliação de Estudantes (PISA) é uma das iniciativas da OCDE no campo educacional.

Nesse cenário, as iniciativas no campo da educação financeira brasileira colaboram para discussões sobre o tema. Um exemplo é o levantamento quantitativo feito em 2010 pela Estratégia Nacional de Educação Financeira (ENEF). A elaboração do “Mapa da Educação Financeira no Brasil”⁵ estimulou o debate, provocou reflexões e como consequência delineou as futuras ações da ENEF. Nesse rumo, duas propostas colaboram para uma análise dos componentes curriculares da Educação Básica no Brasil: o projeto piloto nas escolas públicas do Governo Federal e a elaboração da Base Nacional Comum Curricular (BNCC).

Assim, esse artigo destaca algumas ações que buscam melhorar o nível de literacia financeira dos cidadãos e, nessa direção, reforça a importância da inserção da temática educação financeira na Educação Básica. Além disso, a literacia financeira faz parte de uma educação para a cidadania, visto que bons hábitos adquiridos desde cedo podem contribuir para tomada de decisões adequadas quanto à gestão financeira durante a vida toda.

2 Literacia e Literacia Financeira

O termo literacia é pouco conhecido no Brasil e geralmente é associado à escolarização. A expressão sugere letramento, porém sua extensão é ampla e transcende a capacidade da leitura, escrita e cálculos matemáticos.

No artigo “El Desafío de la Alfabetización en el Mundo”, a UNESCO utiliza o termo “alfabetizações situadas” para destacar que a literacia está relacionada as influências sociais.

O conceito de “alfabetizações situadas” enfatiza a influência do contexto social, cultural e política sobre como as pessoas usam e adquirem os conceitos básicos de matemática, leitura e escrita. (UNESCO, 2008, p. 17, tradução nossa)⁶

⁵Relatório Analítico da ENEF. Disponível em:

<<http://www.vidaedinheiro.gov.br/docs/RelatorioAnaliticoENEF.pdf>>. Acesso em: 29 jun. 2016.

⁶ Citação original: “El concepto de ‘alfabetizaciones situadas’ enfatiza la influencia del contexto social, cultural y político sobre la manera que las personas usan y adquieren los conceptos básicos de cálculo numérico, lectura y escritura.”

Segundo Lopes (2011) dois aspectos são considerados quanto ao termo literacia: “[...] constitui-se como uma condição básica para a reflexividade (a literacia é “uma competência de base fundamental para a população adulta [...]”) e também “[...] como condição básica para a cidadania e a participação na esfera pública, a base da democracia (Habermas)”.

Com uma interpretação mais abrangente, D’Ambrósio (2002) destaca a literacia como um dos três elementos que chama de *trivium* para a nova era: literacia, materacia e tecnocracia.

LITERACIA: a capacidade de processar informação escrita e falada, o que inclui leitura, escritura, cálculo, diálogo, ecálogo, mídia, Internet na vida cotidiana [Instrumentos Comunicativos]. (D’AMBROSIO, 2002, p. 66-67)

Dessa forma, o termo literacia reflete cada época e vai se modificando com as transformações da sociedade. Para SANTOS (2015), o termo literacia é mais que um conceito e afirma que há mais de 3.200 anos a literacia é reconhecida como um importante ativo econômico e social.

Já o termo literacia financeira é um conceito contemporâneo não universal e se molda às mudanças globais conforme contexto econômico, social e político. Orton (2007) apresenta uma definição de literacia que consta no Referencial de Educação Financeira⁷ de Portugal:

Capacidade de ler, analisar, gerir e comunicar sobre a condição financeira pessoal e à forma como esta afeta o seu bem-estar material. Ela inclui a capacidade de decidir entre escolhas financeiras, discutir assuntos financeiros e monetários sem desconforto, planejar o futuro e responder de forma competente às situações do dia-a-dia que envolvem decisões financeiras, incluindo acontecimentos na economia em geral. (ORTON, 2007, p. 8, tradução nossa)⁸

⁷ Disponível em:

<http://www.dge.mec.pt/sites/default/files/ECidadania/Referenciais/referencial_de_educacao_financaira_final_versao_port.pdf>. Acesso em 2 de março 2016

⁸ Citação original: “Financial education is the process by which financial consumers/investors improve their understanding of financial products and concepts and, through information, instruction and/or objective advice, develop the skills and confidence to become more aware of financial risks and opportunities, to make informed choices, to know where to go for help, and to take other effective actions to improve their financial well-being”.

Nessa direção, é que surge uma inquietação mundial quanto ao nível de literacia financeira dos cidadãos. Assim a Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) é uma organização internacional composta por 34 países e promove políticas públicas voltadas para o desenvolvimento econômico e o bem estar social ao redor do mundo.

A OCDE (2005) constatou que muitas pessoas, em diferentes países, não só carecem do conhecimento e das competências necessários para lidar de modo adequado com suas finanças pessoais, como também desconhecem sua necessidade de tais conhecimentos, o que assinala a provável origem do problema. (BRASIL, 2011, p. 56)

Sua recomendação é que o tema educação financeira seja inserido no ciclo básico escolar e reforça que isso contribuiria para que os cidadãos enfrentassem as questões financeiras do cotidiano com mais competência desde cedo.

[...] o ambiente escolar é propício para a formação de um aluno-cidadão, mais crítico, proativo e autônomo em relação às finanças, pois hábitos são moldados a partir de nossos conceitos, que começam na família e se estendem a escola. (SOMAVILLA; SILVA; BASSOI, 2016, p.10)

A OCDE afirma ainda que os governos estão cientes da necessidade de melhorar a literacia financeira e que suas sugestões são um primeiro passo nesse sentido.

Nessa perspectiva, o tópico literacia financeira foi incluído na nova proposta de avaliação do PISA⁹ a partir do ano de 2012. Participaram 29 mil jovens de 15 anos respondendo questões sobre conhecimentos em finanças, englobando 18 países de economias pertencentes a OCDE.

Nesse processo de avaliação comparada, foi utilizada uma escala de conhecimentos, de 1 a 5, sendo que os alunos que atingiram o nível um, conseguiram identificar produtos financeiros e interpretar informação básica no que toca a conceitos, além de reconhecerem a diferença entre necessidade e desejo no que concerne às decisões dos gastos diários. Já os alunos que atingiram o máximo (nível cinco), conseguiram analisar produtos financeiros

⁹ O *Programme for International Student Assessment (PISA)* - Programa Internacional de Avaliação de Estudantes é uma das iniciativas da OCDE no campo educacional.

complexos e resolverem problemas não rotineiros: potenciais vantagens de certas decisões financeiras. Os resultados da primeira avaliação do PISA¹⁰ nessa área mostram que 94% dos alunos alcançam apenas o nível um, 83% atingiram o nível dois, 60% o nível três, e para os níveis quatro e cinco, 32% e 10% respectivamente.

Diante desses resultados, revelou-se preocupante o nível de literacia financeira mundial. Esses jovens, provavelmente possuem poucos conhecimentos básicos para tomar decisões sobre gastos diários, talvez nem entendam faturas ou mesmo conseguiriam aplicar as operações numéricas básicas. Ressalta-se ainda que o formato das questões aplicadas no PISA deveriam favorecer a interpretação e resolução das mesmas, pois apresentaram situações e contextualizações ao cotidiano. Por exemplo, a comparação do preço de legumes vendidos em caixa e ao quilo, percepção das vantagens e desvantagens de comprar de uma ou outra forma, análise das condições de um empréstimo adquirido, distinção do salário bruto do líquido no recibo do vencimento mensal, etc.

Uma das conclusões da OCDE, ainda nesse primeiro estudo do PISA aponta uma correlação positiva entre as competências de literacia financeira e as competências de leitura e matemática. Ou seja, os jovens que alcançaram bons níveis em literacia financeira foram bem avaliados também nas áreas tradicionalmente testadas nessa avaliação internacional: matemática e leitura.

O Brasil não teve participação nesse levantamento, porém foi citado como um dos 50 países que deve implantar uma política nacional de educação financeira nas escolas.

Nesse cenário, em 2015 a S&P Global Financial Literacy Survey divulgou uma das pesquisas mais abrangentes sobre literacia financeira mundial. Por meio de entrevistas, em 2014, mais de 150.000 adultos (com mais de 15 anos) participaram do estudo e 148 países foram envolvidos nessa investigação.

¹⁰ Dados disponíveis em <<http://www.educare.pt/noticias/noticia/ver/?id=29262>>. Acesso em 25 fev. 2016.

O estudo em questão afirma que de cada três adultos, somente um compreende conceitos financeiros básicos. O roteiro de entrevista baseou-se em quatro conceitos fundamentais na tomada de decisão financeira: o conhecimento das taxas de juro, juros compostos, inflação e diversificação do risco. Segundo Klapper, Lusardi e Oudheusden (2015), responsáveis pelo relatório sobre a *Literacia Financeira ao redor do mundo*¹¹, as pessoas não estão preparadas para tomar decisões sobre gestão financeira.

Os resultados indicaram também que o analfabetismo financeiro é distribuído de forma desigual, com variações entre grupos e países. No Brasil, 35% dos entrevistados acertaram respostas de três dos quatro conceitos fundamentais propostos. Portanto, de 143 países analisados, o Brasil está na 67^o posição.

Segundo os autores, há uma relação entre conhecimento financeiro e serviços financeiros. Independente do nível de renda as pessoas que utilizam serviços bancários ou cartão de crédito, por exemplo, tem melhores habilidades financeiras do que as que não têm acesso. Assim, defendem que quanto maior a literacia financeira, maior a inclusão financeira, ou seja, quando há a utilização do cartão de crédito ou operação de conta bancária, há um aprimoramento das competências financeiras dos consumidores.

3 Educação Financeira: panorama, iniciativas e perspectivas

Os debates sobre o analfabetismo financeiro no Brasil tiveram início no ano de 2007, pelo Comitê de regulação e Fiscalização dos Mercados Financeiros de capitais (COREMEC). A partir desses encontros e por meio dos programas de educação, ações e iniciativas foram sendo traçadas para melhorar esse cenário.

¹¹ Disponível em <http://media.mhfi.com/documents/2015-Finlit_paper_17_F3_SINGLES.pdf> . Acesso em 06 jun 2016.

Nessa direção, em 2008 foi realizada uma pesquisa nacional¹² com o objetivo de analisar o grau de educação financeira dos brasileiros. Foram entrevistadas 1.809 pessoas em seis capitais do país: Porto Alegre, São Paulo, Rio de Janeiro, Brasília e Salvador. O estudo apontou a similaridade com os resultados de outras pesquisas no mundo:

Apesar da conclusão comum e em linha com as pesquisas internacionais, realizadas do Reino Unido, Japão, Austrália e EUA, dentre outros países, o levantamento realizado pelo Data Popular apontou detalhes específicos da sociedade brasileira que merecem reflexão por parte de formuladores de políticas públicas e pelo próprio mercado.(BRASIL, 2011, p. 4).

Os resultados foram categorizados em: despesas de famílias (o papel da mulher no orçamento, principais gastos na família, inclusão de cadastros negativos, organização financeira, empréstimo de nome, hábito de poupar, o consumo do brasileiro, juros e parcelas, pagamento de contas); a relação com os bancos (questões de imagem, a escolha da instituição, o uso do banco); produtos financeiros (o talão de cheque, o cartão de débito, o cartão de loja, o cartão de crédito, linhas de crédito/empréstimos, seguros, previdência privada) e investimentos (conhecimento, perfil de quem investe, conta de poupança, bolsa de valores, hábitos de investimento, expectativa em relação ao futuro).

Diante desse estudo realizado pelo Instituto Data Popular (2008), houve destaque para os números em relação à organização doméstica das famílias brasileiras:

[...] 36% dos pesquisados declaram ter perfil de tipo gastador, 54% não conseguiram honrar suas dívidas pelo menos uma vez na vida, e apenas 31% poupam regularmente para aposentadoria. Observa-se também que parte crescente da renda familiar tem sido destinada ao consumo, o que torna as atuais taxas de poupança demasiadamente baixas. (BRASIL, 2011, p. 160).

Diante desse cenário, com a intenção de melhorar o nível de literacia financeira dos brasileiros, foi instituída a Estratégia Nacional de Educação

¹² Pesquisa disponível em: <<http://www.vidaedinheiro.gov.br/docs/PlanoDiretorENEF1.pdf>>. Acesso em: 04 julho 2016.

Financeira (ENEF)¹³. Ela é considerada uma mobilização multissetorial em torno de ações de educação financeira no Brasil. A partir de sua criação, as instituições de ensino foram incentivadas a inserir o assunto no ambiente escolar. Portanto, ao desenvolver o tema com os alunos, a família e comunidade seriam beneficiadas com o efeito multiplicador desse conhecimento financeiro.

Nesse mesmo ano foi criado o Comitê Nacional de Educação Financeira (CONEF), que tem por objetivo coordenar a execução e definir planos, programas e ações da ENEF. Presidido pelo Banco Central do Brasil, o CONEF considera que a escola é o espaço ideal na promoção da educação financeira. Sugere ainda que o tema transversal e que dialogue com as outras disciplinas do ensino fundamental e médio.

Uma das primeiras iniciativas nesse campo foi o projeto piloto que o programa de Governo Federal instituiu em 891 escolas públicas de ensino médio no Brasil (São Paulo, Rio de Janeiro, Minas Gerais, Ceará, Tocantins e Distrito Federal). Foram envolvidos no projeto aproximadamente 27 mil estudantes e 1200 professores, entre agosto de 2010 e dezembro de 2011. Nesse programa, a educação financeira foi tratada como um tema transversal no currículo escolar dos jovens, sendo abordada em 72 situações didáticas nas aulas de português, matemática, história, ciências, geografia, entre outras. Foi feita ainda uma avaliação antes e depois da aplicação dos materiais, constando de questionários aos alunos, aos professores e aos pais ou responsáveis. Para os alunos, os instrumentos foram desenvolvidos para fornecer medidas sobre: Educação financeira, Autonomia financeira e Intenção de poupar.

Segundo o Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento (BIRD), também conhecido como Banco Mundial, os benefícios desse projeto foram apontados no relatório *The impact of high school financial education* –

¹³ A ENEF foi instituída pelo Decreto nº 7.397 de 22 de dezembro de 2010. Seu site oficial é o portal Vida e Dinheiro, disponível em <<http://www.vidaedinheiro.gov.br>>. Acesso em: 21 maio 2014.

*experimental evidence from Brasil*¹⁴. Assim, os alunos participantes lidaram melhor com o uso do dinheiro para compras ou poupança, em comparação aos estudantes que não tiveram acesso à iniciativa. Outra mudança significativa apontada no documento foi em relação aos familiares: os filhos foram incluídos tanto nas decisões financeiras da família quanto nas discussões relacionadas ao orçamento doméstico.

Nesse rumo, foi disponibilizado em 2010 o Relatório Analítico da ENEF que apresenta uma análise das iniciativas existentes e as oportunidades na disseminação do tema em todo o País. Esse relatório intitulado *Mapa da Educação Financeira no Brasil*, foi dividido duas partes: iniciativas e o levantamento estatístico com aspectos relacionados às instituições e a análise descritiva do conjunto de iniciativas, com reflexões e oportunidades para ampliar o acesso da população e maior qualificação dos projetos.

Por conseguinte foi firmado o convênio entre a Associação de Educação Financeira do Brasil (AEF-Brasil) e o CONEF em 2012, vigente até dezembro de 2016. A AEF-Brasil é uma organização sem fins lucrativos e tem por objetivo promover a Educação Financeira no Brasil. Assim, ela é supervisionada pelo CONEF e colabora com a ENEF na coordenação e execução dos projetos nas escolas.

Dessa forma, com base nas diretrizes da ENEF, essas instituições uniram-se num esforço conjunto de ações que promovem a educação financeira e a iniciam-se ações que promovam a educação financeira e a tomada de decisões conscientes por parte da população. A Semana Nacional de Educação Financeira e o selo ENEF¹⁵ são exemplos de ações que ocorrem desde 2014 e contribuem para que as discussões e propostas elevem o nível de literacia financeira do brasileiro. O selo ENEF é um edital que seleciona iniciativas gratuitas que

¹⁴ Tradução das autoras: O impacto da educação financeira no ensino médio – a experiência do Brasil.

¹⁵ Cartilha – Selo ENEF: disponível em <<http://www.vidaedinheiro.gov.br/imagem/file/Cartilha%20-%20Selo%20ENEF.pdf>> . Acesso em 05 de julho 2016.

cooperam na disseminação de ações de educação financeira e previdenciária alinhadas a ENEF.

Nesse aspecto, em 2004, muito embora o termo literacia financeira não fosse conhecido, houve uma proposta de inserção da disciplina Educação Financeira, no Projeto de lei Nº 3.401-A:

O ilustre Deputado Lobbe Neto propõe a criação da disciplina Educação financeira a ser introduzida nos currículos das últimas quatro séries do ensino fundamental e no ensino médio. Argumenta o ilustre proponente, sobre a responsabilidade da educação básica na formação do aluno para o exercício da cidadania em consonância com as demandas da sociedade. (BRASIL, 2004, p. 2-3).

O relator desse projeto, Deputado Nilson Pinto, respondeu o pedido enfatizando a procedência dos argumentos do projeto e a concordância com o mesmo. Porém, como justificativa cita o artigo 26, da Lei de Diretrizes e Bases (LDB):

Art. 26. Os currículos do ensino fundamental e médio devem ter uma base nacional comum, a ser complementada, em cada sistema de ensino e estabelecimento escolar, por uma parte diversificada, exigida pelas características regionais e locais da sociedade, da cultura, da economia e da clientela. (BRASIL, 1996).

Após análises e alterações, esse projeto de lei foi aprovado pela Comissão de Educação e Cultura, e pela Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania somente no dia 15 de julho de 2009, ou seja, cinco anos após sua proposição. Assim, o tópico educação financeira foi incluído na disciplina de Matemática das séries finais do ensino fundamental. Já no ensino médio, foi inserido um capítulo sobre noções de matemática financeira. Dessa forma, a decisão em relação ao projeto de lei anterior não seguiu a proposta inicial, que recomendava a criação da disciplina de Educação Financeira.

Atualmente está sendo elaborada a Base Nacional Comum Curricular (BNCC) para a Educação Básica. Esse processo é uma indicação da Lei de Diretrizes e Bases (LDB) e segue a orientação das Diretrizes Curriculares

Nacionais de 1998 e também de 2012. A sua construção integra o Plano Nacional de Educação (PNE) que define as metas para os próximos dez anos.

A ideia da inserção da temática educação financeira na Educação Básica tem o apoio do Ministério de Educação, conforme destaque em seu portal¹⁶, que salienta que o assunto está entre os temas da atualidade sugeridos para compor a BNCC.

No documento de apresentação da BNCC¹⁷ consta que sua proposta tem o sentido estratégico nas ações dos educadores e também dos gestores de educação do Brasil. Nessa linha, a versão inicial é o documento base que vai definir e reformular o currículo mínimo para as 190 mil escolas de educação básica do país, com o objetivo de padronizar pelo menos 60% do currículo dessas escolas. Para o ex-ministro da Educação Renato Janine, dois caminhos serão abertos com a BNCC: a mudança na formação inicial e continuada dos professores e a reformulação significativa do material didático.

Em entrevista ao Portal Agência Brasil¹⁸, o atual Ministro da Educação Mendonça Filho afirma que a BNCC não está paralisada.

A expectativa era que o documento, que fixa conteúdos mínimos que os estudantes devem aprender a cada etapa da educação básica, da educação infantil ao ensino médio, ficasse pronto até junho deste ano. Mas as duas entidades pediram para debater a proposta, que está sendo discutida desde o ano passado em seminários estaduais, para aproximar o texto das necessidades da sociedade. (GONÇALVES, 2016, p. 1).

Nessa perspectiva, já existe um Documento de Orientações para Educação Financeira nas Escolas¹⁹ (Plano Diretor da ENEF, 2010), que afirma que a

¹⁶Disponível em:

<http://portal.mec.gov.br/component/content/index.php?option=com_content&view=article&id=34351:mec-apoia-insercao-da-tematica-educacao-financeira-no-curriculo-da-educacao-basica&catid=211&Itemid=86>. Acesso em: 7 de mar. 2016.

¹⁷Disponível em <<http://basenacionalcomum.mec.gov.br/documentos/BNCC-APRESENTACAO.pdf>>. Acesso: 8 fev. 2016.

¹⁸ Entrevista concedida a repórter Carolina Gonçalves, no dia 15 de junho de 2016. Disponível em <<http://agenciabrasil.ebc.com.br/politica/noticia/2016-06/base-curricular-nao-esta-paralisada-diz-ministro-da-educacao>> Acesso em 8 de julho 2016.

¹⁹ O Documento de Orientações para Educação Financeira nas Escolas se encontra no portal Vida e Dinheiro, disponível em <<http://www.vidaedinheiro.gov.br/docs/PlanoDiretorENEF1.pdf>> Acesso em: 21 maio 2014.

Educação Financeira prepara as futuras gerações para desenvolver nelas as competências e habilidades necessárias para lidar com as decisões financeiras que tomarão ao longo de suas vidas. Esse documento foi elaborado com a participação do Ministério da Educação (MEC), da União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação (UNDIME), Conselho Nacional de Secretários de Educação (CONSED) e outras instituições educacionais e financeiras ao longo de um ano, coordenado pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM).

Portanto, para significativa parcela da sociedade, a educação financeira revela-se um instrumento necessário para preparar essas pessoas para os desafios do complexo mundo financeiro que hoje se apresenta. Diante da diversidade de ofertas inerentes ao estágio atual dos mercados e da crescente inclusão de pessoas com maior capacidade financeira, é necessário um esforço para que essas pessoas ampliem cada vez mais suas informações sobre gestão do dinheiro, de modo a permitir planejamento e tomada de decisões adequados às suas reais necessidades. (SANTOS, 2009, p. 2).

Por fim, várias ações e iniciativas fazem parte do processo ação-reflexão-ação e visam contribuir para que as futuras gerações sejam conduzidas adequadamente em suas decisões financeiras.

4 Trajetória Metodológica

Esse artigo apresenta parte da investigação que está sendo feita para a pesquisa de dissertação de mestrado das autoras. Ao optar pela pesquisa qualitativa segundo uma abordagem fenomenológica, o primeiro passo ao olhar para o contexto da pesquisa foi buscar leituras e documentos relacionados à disciplina de matemática financeira nos cursos de Licenciaturas em Matemática e educação financeira para a Educação Básica.

Como é um tema que a literatura e os decretos lei avalizam como necessários à formação cidadã a partir do fundamental II e ensino médio, emerge a questão de pesquisa que busca compreender o que se revela sobre a instauração da disciplina de Matemática Financeira nos cursos de Licenciatura em

Matemática dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia da região Sul do Brasil.

Ao considerar o fenômeno, os sujeitos reconhecidos que emergiram quando fizemos a pergunta “Quem?” foram os docentes integrantes do Núcleo Docente Estruturante com formação inicial em Matemática dos cursos de Licenciatura em Matemática desses Institutos Federais.

Por fim, na obtenção de dados significativos para o estudo, além da pesquisa exploratória e documental do que se refere à matemática financeira na formação inicial de professores de matemática e educação financeira na Educação Básica, estão sendo feitas entrevistas com os sujeitos identificados e após a coleta, a análise será norteadas pelos passos: a descrição fenomenológica, que deve retratar e expressar a experiência consciente do sujeito, a redução fenomenológica ou *epoché*, que consiste na crítica reflexiva dos conteúdos da descrição e por último a interpretação fenomenológica.

5 Considerações Finais

Os debates e discussões sobre a literacia financeira brasileira e mundial destacam o papel da escola contemporânea na disseminação do conhecimento financeiro. Nesse processo de mudança constante estão envolvidos o contexto sócio, econômico, cultural e educacional. Assim, esse artigo apresenta algumas iniciativas, reflexões e pesquisas que reforçam a importância da inserção da disciplina de educação financeira na Educação Básica.

O apoio do MEC para a inserção do tema educação financeira na Educação Básica é um avanço, quando afirma que a educação financeira é um dos temas da atualidade sugeridos para compor a BNCC externando seu posicionamento frente à inserção do assunto na Educação Básica.

Uma formação financeira adequada é um requisito na promoção de uma qualidade de vida desejável para as pessoas. Assim, alguns aspectos como o

conhecimento, atitudes financeiras e comportamento, são fatores determinantes para elevar o nível de literacia financeira.

Por fim, na perspectiva de uma educação integral, a escola precisa promover o ensino de saberes e competências para que seus alunos exerçam melhor sua cidadania com autonomia. Nessa direção, cidadãos instruídos em literacia financeira, estarão melhores preparados para enfrentar os desafios financeiros de seu cotidiano.

Referências

BRASIL. Câmara dos Deputados. **Projeto de Lei Federal nº 3.401-B, DE 2004.**

Disponível em:

<http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra;jsessionid=6B705ED6D669B15AC6CFF49AD55A7B68.node2?codteor=402709&filename=Avulso+-PL+3401/2004>. Acesso em: 9 fev. 2016.

BRASIL. Estratégia Nacional de Educação Financeira – Portal Vida e Dinheiro. **Plano Diretor da Enef.** 2011. Disponível em:

<<http://www.vidaedinheiro.gov.br/docs/PlanoDiretorENEF1.pdf>>. Acesso em: 21 maio 2014.

BRASIL. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional 9.394/96.** Disponível em:

<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/l9394.htm> . Acesso em: 20 dez. 2013.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão. Conselho Nacional da Educação. **Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais da Educação Básica/ Ministério da Educação. Secretária de Educação Básica.** Diretoria de Currículos e Educação Integral. – Brasília: MEC, SEB, DICEI, 2013. 542p.

D'AMBROSIO, Ubiratan. **Etnomatemática: elo entre tradições e modernidade.** Belo Horizonte: Autêntica, 2002.

ENEF. **Mapa da Educação Financeira no Brasil.** Relatório Analítico da ENEF.

Disponível em:

<<http://www.vidaedinheiro.gov.br/docs/RelatorioAnaliticoENEF.pdf>>. Acesso em: 29 jun. 2016.

KLAPPER, Leora; LUSARDI, Annamaria; OUDHEUSDEN, Peter van. **Financial Literacy Around the World: insights from the standard & poor's ratings services global financial literacy survey.** 2015. Disponível em <http://media.mhfi.com/documents/2015-Finlit_paper_17_F3_SINGLES.pdf> . Acesso em: 06 jun. 2016.

LOPES, Paula Cristina. **Literacia(s) e literacia mediática.** CIED *e-Working paper* n.º 110/2011, p. 1-37. 2011. Disponível em: <http://cies.iscte-iul.pt/destaques/documents/CIES-WP110_Lopes.pdf> . Acesso em: 16 jun. 2016.

OCDE/OECD – Organisation for Economic and Co-Operation Development. Improving Financial Literacy. Analysis of Issues and Policies. Paris. 2005. Disponível em: <http://www.oecd.org/finance/financial-education/37087833.pdf>. Acesso em: 07 jul. 2016.

Orton, Larry. **Financial literacy: Lessons from international experience**. Canadá: Canadian Policy Research Networks Inc. 2007. Disponível em: <http://canlearnsociety.ca/wp-content/uploads/2013/01/Financial-Literacy-Lessons-from-International-Experience.pdf> . Acesso em: 9 de jun. 2016.

PORTUGAL. **Referencial de Educação Financeira para a educação pré-escolar, ensino básico, ensino secundário e educação e formação de adultos**. Disponível em: http://www.dge.mec.pt/sites/default/files/ECidadania/Referenciais/referencial_de_educacao_financeira_final_versao_port.pdf. Acesso em: 2 março 2016

SANTOS, Liana Ribeiro dos. **Educação Financeira na Agenda da Responsabilidade Social Empresarial**. Banco Central do Brasil, 2009 (Boletim de Responsabilidade Social e Ambiental do Sistema Financeiro). Disponível em: <https://www.bcb.gov.br/pre/boletimrsa/BOLRSA200902.pdf> Acesso em: 17 fev. 2016.

SAVOIA, José Roberto Ferreira; SAITO, André Taue; SANTANA, Flávia de Angelis. **Paradigmas da educação financeira no Brasil**. Rev. Adm. Pública [online]. 2007, vol. 41, n. 6, pp. 1121-1141. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S003476122007000600006&script=sci_arttext . Acesso em: 22 março 2015.

SOMAVILLA, Adriana Stefanello ; SILVA, Carla Renata Garcia Xavier da; BASSOI, Tânia Stella. A Literacia Financeira em discussão In: XII Encontro Nacional de Educação Matemática (ENEM), 2016, São Paulo. **Anais do 12º Encontro Nacional de Matemática**. São Paulo: Programa de Pós-graduação em Ensino de Ciências e Matemática da Universidade Cruzeiro do Sul, 2016. v.12. p.1 – 12. Disponível em: <http://sbempe.cpanel0179.hospedagemdesites.ws/enem2016/anais/autores-A.html> Acesso em: 10 agosto 2016.

UNESCO (2008), **El Desafío Mundial de la Alfabetización**: Perfil de Alfabetización de Jóvenes y Adultos a Medios del Decenio de las Naciones Unidas de la Alfabetización 2003-2012, Paris, UNESCO. Disponível em: <http://unesdoc.unesco.org/images/0016/001631/163170s.pdf> >. Acesso em: 16 maio 2016.